

A Direcção-Geral de Arquivos e a Política Arquivística Nacional ■

A DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS tem vindo a desenvolver ao longo destes 3 últimos anos um múltiplo conjunto de actividades, obedecendo a uma linha estratégica assumida a partir de Julho de 2005 no sentido de proceder a uma reorientação da política de salvaguarda e valorização do património arquivístico, do sector público.

O trabalho desenvolvido teve por base um documento publicado neste Boletim em Dezembro de 2005, com o qual se iniciou o processo de revisão da visão tradicional sobre o valor cultural dos arquivos e se iniciou o desenvolvimento de uma metodologia de intervenção em matéria de política arquivística, tendo em vista uma maior eficácia e sustentabilidade do investimento público nesta área e uma mais ampla utilização dos arquivos para o desenvolvimento cultural, social e humano.

Os principais eixos que nortearam a acção desenvolvida podem ser enunciados da seguinte forma:

- Contribuir para a clarificação de uma política de arquivos para o sector público;
- Dar a melhor orientação à actuação da DGARQ enquanto órgão de execução da política arquivística e de coordenação do sistema nacional de arquivos;

- Concertar esforços entre o plano de actuação do Ministério da Cultura e o plano de actuação desta Direcção-Geral;

- Contribuir para a redefinição e integração de diferentes instrumentos de apoio à salvaguarda e valorização do património arquivístico e fotográfico.

Em jeito de balanço e de apresentação pública de resultados referiremos as grandes linhas das medidas implementadas e alguns dos resultados obtidos, não cabendo naturalmente neste espaço a apresentação de um relatório exaustivo das medidas tomadas:

- *Acompanhamento do Ministério da Cultura ao processo de Reforma da Administração Pública – PRACE* Produção de documento orientador, disponível em <http://dgarq.gov.pt/servicos/documentos-tecnicos-e-normativos/lista-de-documentos/> «Orientações para a gestão de documentos de arquivo no contexto do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado».

- *Estudo de soluções de preservação a longo prazo de arquivos digitais – Projecto RODA* Trata-se de um projecto particularmente acarinhado e concretizado

cujos principais documentos técnicos podem ser consultados no portal Web <http://portal.roda.dgarq.gov.pt/> especialmente desenvolvido para o efeito e que conta com uma parceria particularmente interessante da Universidade do Minho. Os resultados do RODA podem ser consultados em <http://dgarq.gov.pt/servicos/documentos-tecnicos-e-normativos/lista-de-documentos/> «Relatório RODA – Repositório de Objectos Digitais Autênticos» e em http://portal.roda.dgarq.gov.pt/pt/system/files/RODA_relatorio_2_o.pdf

- *Disponibilização de informação na Web*

Reformulação do sítio Web, <http://dgarq.gov.pt/> adequando o seu acesso aos cidadãos com necessidades especiais. Não se trata apenas de uma página de apresentação institucional, mas sim de um veículo de comunicação com os cidadãos e os profissionais, apresentando uma invulgar riqueza de conteúdos e serviços disponibilizados desta forma.

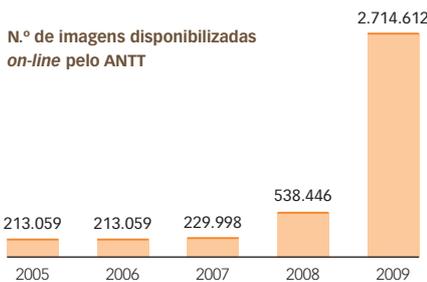
Refira-se também que todos os serviços dependentes possuem o seu sítio Web, disponível a partir de <http://dgarq.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/rede-dgarq-arquivos-nacionais/> e <http://dgarq.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/rede-dgarq-arquivos-regionais/>

→ Continuação da página anterior

e foi possível concretizar pela primeira vez um «Guia de Fundos dos Arquivos Dependentes da DGARQ» em formato electrónico.

Saliente-se ainda o desenvolvimento do Portal de Arquivos a partir do seguinte endereço www.arquivos.pt

Beneficiando do apoio mecenático da REN e do empenho do Gabinete de SE a Ministra da Cultura, Professora Doutora Isabel Pires de Lima, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo desenvolveu e concretizou a digitalização do Subfundo documental da Inquisição de Lisboa. Nesse âmbito foram produzidos 19.721 registos descritivos, dos quais 16.699 possuem objectos digitais associados e que perfazem cerca de 2.197.247.000 imagens de documentos disponibilizados. Para uma melhor compreensão do trabalho desenvolvido nesta área tomem-se em consideração os seguintes valores globais dos documentos disponibilizados:



• *Produção de documentos técnicos de normalização arquivística*

A DGARQ produziu um elevado número de documentos técnicos e normativos que disponibiliza a todos os cidadãos, disponível em <http://dgarq.gov.pt/servicos/documentos-tecnicos-e-normativos/lista-de-documentos/>. Neste âmbito merece especial realce o documento

técnico fundamental para a comunidade arquivística portuguesa «Orientações para a Descrição Arquivística» – ODA 1, 2, 3, também disponível a partir da mesma página.

• *Participação em projectos na área de governo electrónico*

A DGARQ participa num projecto inter-ministerial, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, juntamente com as Secretarias-Gerais do Ministério das Finanças, do Ministério da Administração Interna, do Ministério do Ambiente do Território e do Desenvolvimento Regional, o CEGER, o Instituto de Informática e o Instituto Português da Juventude. O Projecto, designado PCM – Plataforma Comum de Modernização, tem como um dos seus objectivos a interoperabilidade dos sistemas de gestão documental e o acesso comum a recursos informativos das entidades aderentes. Neste âmbito, a DGARQ assumiu a responsabilidade de orientação técnica dos trabalhos com vista à criação de uma macro-estrutura de classificação (designada MET), bem como a produção de um esquema de metainformação comum (MIP), cuja 1.ª versão se encontra disponível em <http://www.iantt.pt/downloads/MIPv012.pdf>. Actualmente, além de acompanhar os desenvolvimentos do Projecto, encontra-se a elaborar um documento contendo os princípios teóricos a que obedeceram as opções práticas do modelo adoptado. Ao mesmo tempo, reconhecendo a importância do Projecto para a gestão da informação na Administração Pública, a DGARQ promoveu já um evento de debate sobre o MIP <http://www.iantt.pt/instituto.html?menu=c>

[losed&conteudo=umanoticia&conteudo_nome=Noticias¬icia_id=200](#) e prepara um outro, sobre a referida macro-estrutura classificativa.

• *Formação profissional e qualificação dos recursos humanos*

Elaboração e concretização de um Plano Anual de Formação, com oferta de formação diversificada, beneficiando de acordos com o IEFPI, INA, Secretaria-Geral do MC e POPH.

A título meramente exemplificativo do esforço desenvolvido refira-se:

Área	Duração em Horas	Formandos %	Horas %	Formandos
Arquivo	116	54,55	34,94	246
Gestão	68	23,73	20,48	107
Jurídica	76	11,53	22,89	52
Informática	72	10,20	21,69	46
Total	332	100,00	100,00	451

• *Abertura do QREN ao financiamento de infra-estruturas para arquivos.*

Foi desenvolvido um modelo de Regulamento para a elaboração do regulamento de apoios à **Rede de Equipamentos Culturais**, no âmbito dos Programas Operacionais Regionais.

Após todo o trabalho desenvolvido os futuros desafios ainda responsabilizam mais esta Direcção-Geral de Arquivos, de entre eles não podemos deixar de referir que Portugal necessita efectivamente de levar por diante a implementação e consolidação de uma verdadeira Rede Portuguesa de Arquivos, a qual terá que contar com todos os actores envolvidos na salvaguarda e valorização do património arquivístico e fotográfico.

Silvestre Lacerda

DIRECTOR-GERAL DA DGARQ

Aveiro ■

UM ARQUIVO DE NOVA GERAÇÃO, como o Arquivo Distrital de Aveiro, não se pode limitar única e exclusivamente às funções de armazenamento e organização de documentos de outras instituições. Uma vez que as novas instalações possuem excelentes condições arquivísticas de salvaguarda foi necessário colocar em marcha acções orientadas para a difusão e interpretação do património cultural do distrito de Aveiro, procurando a dinamização e a difusão dos fundos documentais.

A acção cultural do ADAVR tem como objectivo o aproximar o Arquivo dos cidadãos, fazendo a sua integração e trabalho social, promovendo a oferta documental como instrumento de formação individual e colectiva, através da difusão cultural e como ferramenta de transformação e inclusão social. Desta forma, desde 2006, organizaram-se actividades de claro conteúdo cultural que dão a conhecer o nosso passado, os acervos documentais, valorizando o nosso património cultural e despertando nos diferentes públicos atitudes reflexivas sobre a realidade passada e presente da nossa região. Destacamos a realização de diversas exposições, publicações, conferências, visitas guiadas, criação do serviço educativo, entre outros, que possibilitaram uma maior dinâmica do Arquivo e uma nova relação com a sociedade Aveirense. O ADAVR foi ainda precursor ao aderir a novas estratégias comunicacionais através de um novo site bem como na utilização das redes sociais para a difusão dos seus eventos.

Na função de captação de novos públicos e fazendo jus à sua responsabilidade social, o Arquivo criou



e utiliza inovadoras estratégias de divulgação que incluem acções de diferentes tipologias como o desenvolvimento de um Stand para Feiras, criação de um boletim quadrimestral ou palestras em escolas e outras instituições. Neste sentido, a faceta cultural e comunicacional da nossa Instituição tem um papel tão determinante como os trabalhos de organização, descrição documental, conservação e apoio à gestão administrativa das instituições do Distrito, pois só assim é que conseguimos dar a conhecer e proteger o nosso património arquivístico.

Um segundo aspecto que importa referir é o desenvolvimento de uma rede de contactos que envolvem várias instituições públicas do Distrito tendo em vista a preservação e organização dos espólios documentais, bem como a sua fruição. Neste âmbito o apoio prestado às diferentes instituições passa não só pelo apoio técnico local, como também pelo aconselhamento e definição de estratégias comuns tendo em vista a preservação dos espólios documentais.

Complementando estas duas linhas de acção, o ADAVR tem desenvolvido internamente mecanismos de desburocratização, qualidade e

de eficácia que se traduzem por um maior apoio ao utilizador, redução de prazos, aumento de serviços disponibilizados, requalificação dos recursos humanos e tecnológicos, bem como uma nova estratégia de comunicação e de reorganização dos serviços. Neste âmbito, em parceria com a Direcção Geral de Arquivos iniciou-se um processo de digitalização dos documentos dos Fundos Paroquiais e Notariais do Distrito de Aveiro, a fim de serem disponibilizados na *Web*.

Com estas iniciativas pretende-se dotar o ADAVR de instrumentos de gestão globais, de forma a que o Arquivo não volte a ser visto como um mero depósito de papéis ou de documentos históricos, mas antes se afirma, como uma instituição dinâmica, comprometida socialmente, que tem a função de salvaguardar, organizar e divulgar o seu património, envolvendo toda a sociedade civil nas suas actividades e iniciativas, promovendo a realização periódica de actividades educativas variadas e congregadoras.

*Maria Lucinda de Resende Bastos
Tavares dos Santos*

DIRECTORA DO ARQUIVO
DISTRITAL DE AVEIRO

A segurança e a prova dos documentos digitais em debate e discussão ■

A REALIZAÇÃO DO EVENTO promovido pela DGRQ, no passado dia 20-11-2009, sob o tema «*Tendências Judiciais de Admissibilidade legal de documentos electrónicos como prova documental*» foi, seguramente, um marco na discussão e reflexão sobre a importância do mundo digital no quotidiano, nomeadamente no que respeita à segurança e garantia da relação jurídica que emerge dos documentos que apenas subsistem de forma desmaterializada e num suporte tão novo, tão fluído e tão perecível (embora de fácil preservação imediata), como são os formatos digitais.

A temática assume uma crescente importância, muito embora as mentalidades do presente ainda estejam pouco sensíveis às realidades, preocupações e problemas emergentes.

A necessidade de conferir segurança às relações e negócios jurídicos realizados em suporte digital e a necessidade de preservar os documentos/ficheiros ao longo do tempo, impõem a discussão e procura de soluções e caminhos que necessária e urgentemente temos que trilhar de modo a atingir uma tão desejada paz social.

Sem garantias (ou seja: sem Justiça) dificilmente teremos paz social e segurança nas relações entre indivíduos e empresas, tornando-se inconsequentes os comportamentos desviantes e os incumprimentos nas obrigações assumidas, o que acabará por conduzir a um descrédito (em devido tempo) dos instrumentos e veículos usados generalizadamente no chamado Mundo Global.

A sociedade moderna assenta numa base de confiança na serie-

dade, honestidade e boa fé relacional... mas isso é, claramente, insuficiente quando desejamos assegurar e garantir o compromisso perante as situações imprevistas (incumprimento e o comportamento desviante) e poder fazer valer os direitos em sede própria, reclamando cumprimento ou ressarcimento pela conduta desviante.

A existência de um quadro regulamentar referente à certificação digital (Lei n.º 299/99), bem como medidas de desformalização de actos em matéria de Justiça (registos, escrituras, tramitação processual nos tribunais) têm vindo a ocupar alguns vazios colocados em aberto pelo mundo das tecnologias na sociedade actual.

Ainda assim, o quadro jurídico não está preparado para lidar com o litígio e a insegurança que emerge das relações jurídicas decorrentes de documentos digitais. A título de exemplo, o sistema tecnológico usado nos tribunais (CITUS) apenas aceita a entrega e depósito em base de dados de documentos em formato PDF. Ora, a prova poderá basear-se num vídeo, num registo áudio, num formato de imagem ou mesmo num formato residente de um qualquer sistema tecnológico usado pelas partes em litígio.

Neste contexto, a realização do evento promovido pela DGRQ teve o mérito de colocar na agenda da reflexão – junto de juristas, arquivistas e tecnológicos – um debate que ainda agora se inicia, assumindo esta entidade um papel de relevo nas questões e preocupações atinentes à preservação dos documentos ao longo dos tempos, bem como da sua validade e certificação.

Um dos temas que destaco – e que resultou do evento realizado – decorre da mutação acelerada dos sistemas e formatos em que residem originariamente os documentos, daqui resultando preocupações ao nível de certificação e garantia de acesso ao conteúdo dos documentos, bem como de garantia de autenticidade.

No quadro actual, uma das soluções possíveis poderia/poderá passar pela criação de um quadro jurídico que atribua poderes de certificação a uma entidade que confira e garanta a autenticidade originária através de um qualquer processo de certificação e registo.

A ideal, porventura, seria a existência de um sistema evolutivo, aberto, normalizado que permitisse o acesso intemporal aos documentos e a verificação da sua autenticidade... mas a validade dos certificados digitais utilizados nos documentos, as características de segurança que são ultrapassadas com o evoluir da tecnologia (dando lugar a vulnerabilidades inexistentes no momento em que as mesmas são utilizadas) são óbices que impõem uma reflexão ponderada.

O debate ficou lançado. A DGRQ deve manter acesa a reflexão, a investigação e o estudo das questões emergentes e, eventualmente, ter a iniciativa de propor um quadro jurídico (presentemente inexistente) que preencha os vazios – que embora ainda não críticos –, para dar consistência garantística e de preservação ao conteúdo digital.

Rui Maurício

ADVOGADO E GESTOR DO CENTRO DE FORMAÇÃO ONLINE DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Os arquivos na prevenção e combate à corrupção ■

A DGARQ DEU INÍCIO a um conjunto de conversas públicas em torno do binómio **transparência administrativa/arquivos** pretendendo, com esta iniciativa, discutir a dimensão do papel dos arquivos na consolidação da democracia.

Guilherme de Oliveira Martins, Presidente do Tribunal Constitucional e do Conselho de Prevenção da Corrupção, foi o convidado da DGARQ em 10 de Novembro último, numa *conversa pública* com Cecília Henriques em que se reflectiu especificamente sobre o papel dos arquivos na luta contra a corrupção.

Reconhecida a centralidade dos arquivos nesta problemática – ou não fossem eles constituídos por documentos que são a evidência de como as pessoas e instituições conduzem as suas actividades –, o Professor Oliveira Martins ajudou-nos a compreender melhor o contributo específico dos arquivos em cada momento do processo de luta contra a corrupção:

1. Como meio de prevenção, na medida em que favorecem a transparência administrativa – tendo sido especialmente sublinhada a necessidade dos serviços públicos adoptarem uma atitude mais pro-activa no acesso aos documentos administrativos, facilitando o exercício efectivo do direito de acesso do cidadão aos documentos oficiais;

2. Como meio de verificação, na medida em que viabilizam a demonstração dos procedimentos e reconstituição dos factos – para tanto, não basta produzir documentos, importa geri-los no cumprimento de regras claras cuja aplicação seja documentada (só assim se poderá demonstrar, por exemplo, que a inexistência de



certo documento em arquivo decorre de uma eliminação autorizada e não do propósito de ocultação de um acto ilegal);

3. Como meio de responsabilização, na medida em que por eles passa a prova dos actos – para o que é crítico que os arquivos possam oferecer documentos suficientes, completos, autênticos e fidedignos.

Questionado quanto à sua percepção sobre as práticas de gestão de documentos de arquivo, em Portugal, o Professor Oliveira Martins destacou três preocupações fundamentais que todas as administrações deveriam incorporar, no sentido de potenciar o efectivo contributo dos arquivos no combate à corrupção:

- Ter normas e procedimentos de gestão de documentos. Notou, especialmente, que nem sempre são claras as relações e fronteiras de responsabilidade entre os arquivos correntes, intermédios e definitivos, indiciando as vantagens da adopção de políticas de gestão integrada e contínua dos documentos;

- Ter medidas concretas de preservação, de acordo com a natureza

dos documentos e para todos os suportes em que os documentos são registados, indiciando ser crítica a elaboração e aplicação de planos de preservação digital em todos os organismos;

- Ter regras de segurança informática, indiciando a necessidade de garantir que a informação digital tenha um nível de fidedignidade idêntico à informação registada em suporte tradicional.

Em conclusão, diríamos que o incremento da qualidade dos processos de produção e de gestão (contínua) dos documentos é, pois, um aspecto que deve estar na primeira linha de atenção de qualquer entidade com preocupações em matéria de combate à corrupção – podendo mesmo integrar os planos de gestão de riscos de corrupção a que os serviços públicos estão obrigados.

Fica o convite para ouvir o próprio Professor Guilherme de Oliveira Martins, no vídeo disponível em <http://vimeo.com/7707039>.

Cecília Henriques

TÉCNICA SUPERIOR DA DSAAT

Resistência. Da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974) ■

Exposição promovida pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República

A REPÚBLICA QUE SE INSTAUROU no nosso país há cem anos atrás, e o republicanismo que lhe deu origem, estão na génese da modernização política portuguesa e, portanto, da democracia em que vivemos.

A sua emergência, contudo, não se inscreveu num processo histórico do Portugal Contemporâneo que tenha sido unidireccional no sentido da emancipação da sociedade e da gradual construção da democracia. A Revolução Liberal de 1820, ao abolir o regime tradicional do Estado monárquico absoluto e da hegemonia das ordens tradicionais, inaugurou um ciclo histórico de grande complexidade, em que se alternaram fortes impulsos no sentido da consagração da liberdade e regressões no sentido do autoritarismo. Estas últimas tiveram, aliás, no regime salazarista a mais longa das ditaduras reaccionárias e liberticidas que a Europa conheceu no século xx.

A nossa identidade colectiva está, portanto, irreversivelmente ligada a ambos os impulsos. Quem se terá habituado a sublinhar demasiadas vezes na História portuguesa manifestações desse despotismo, dessa prepotência ou desse abuso, não deve esquecer que em todo o seu percurso houve sempre quem lutasse contra eles, e quem se tivesse enfrentado frontalmente com quem procurou reverter a gradual conquista de direitos e de liberdades.

Sublinhemos, portanto, que a liberdade nunca foi, em Portugal, um dado adquirido pelo qual não fosse necessário lutar. Quem por ela se sentiu despojado de poder raramente cessou de contra ela conspirar.

Quando, em 1890, uma parte significativa da população urbana e dos grupos sociais mais politizados desse imenso Portugal rural de fim de século reagiu, com vigor surpreendente, contra a cedência do poder monárquico, e do Rei em particular, ao Ultimato do gigante britânico, sentia que era o tempo em que ia tomando miolo no discurso republicano um *patriotismo* colonialista erguido contra o imperialismo britânico – *Contra os Bretões, marchar, marchar!*

Confrontado o sistema monárquico e a oligarquia que nele se apoiava com semelhante prova de politização de massas, já então a resposta foi a de uma versão modernizada de autoritarismo. O seu fracasso como tentativa de renovação do sistema monárquico deveu-se, não só, à falta de sustentação social de soluções anti-liberais (fenómeno que já não ocorreria 30 anos mais tarde), mas também ao crescente apoio que o republicanismo recebeu, cada vez mais encarado como uma proposta viável de regeneração social e política.

É o que acontece em 1910. As duas revoluções democráticas do século xx português (o 5 de Outubro de 1910 e o 25 de Abril de 1974) têm, efectivamente, em comum o terem posto fim a regimes (a Monarquia, o *Estado Novo*) que não dispunham, como se revelou em ambas as datas, de apoio social, ou sequer especificamente militar, beneficiando os revolucionários, pelo contrário, de um amplo aplauso numa sociedade que rapidamente se manifestou a seu favor.

A República Portuguesa revelava-se há 100 anos de uma significativa modernidade política e tornava-se,

depois da francesa e constituindo a Suíça um caso à parte, o segundo regime republicano definitivamente instaurado num Estado grande ou médio europeu, antes ainda das duas guerras mundiais que conduziram ao derrube da maioria dos regimes monárquicos na Europa.

Porque foi efectivamente a República de 1910 a consagrar constitucionalmente o conceito de *cidadania* de uma forma substancialmente mais profunda que o Liberalismo monárquico, ampliando-o a uma parte significativa das classes populares. A construção da democracia portuguesa teve um contributo essencial das lutas dos republicanos contra a Monarquia e, depois de 1910, em defesa da República, mas também de todas as outras correntes políticas (comunistas, anarquistas, socialistas, católicos progressistas, nacionalistas africanos, marxistas de tendência maoísta ou trotskista) que lutaram contra a ditadura militar que, derrubando a República, se impôs pela força em 1926, e contra a ditadura do *Estado Novo* que se impôs pela mão de Salazar em 1933. Foi muitas vezes em torno de uma concepção ampla e complexa de República e de um consenso mínimo fundado sobre valores republicanos essenciais como a **Liberdade**, a **Igualdade** e o **Estado representativo**, que se construíram plataformas comuns entre os movimentos sociopolíticos que se opuseram à Monarquia nas suas duas últimas décadas de vigência (1890-1910), entre aqueles que resistiram às tentativas de restauração monárquica ou de golpe militar autoritário durante

a vigência da I República (1910-26), e também entre aqueles que resistiram à ditadura salazarista (1926-74) e que, finalmente, se reviram na Revolução Democrática do 25 de Abril de 1974.

A exposição que está aberta ao público no Centro Português de Fotografia desde 31 de Janeiro pretende documentar quase um século de luta pela emancipação individual, social e política dos portugueses e dos povos que Portugal submeteu à sua dominação colonial. Nela procuramos retratar rostos, gestos, momentos da vida desses homens e mulheres cuja luta é, de forma decisiva, responsável pela nossa liberdade. Na organização desta exposição não pretendemos demonstrar que os seus actos, bem como os ideais e os projectos dos quais tais actos pretenderam resultar, tenham sido, ou sejam hoje, entendidos como consensuais, porque o não são e o não foram, mas é essencial reconhecer que a construção da democracia portuguesa em grande medida deles decorre. E inevitável é, também, que esta exposição se constitua em objecto que pretende fazer perdurar a memória de quem lutou pela instauração de uma República que se pretendeu emancipadora, de quem lutou pela sua preservação contra as ameaças de regresso ao passado, de quem resistiu contra a imposição da longa ditadura salazarista que se lhe seguiu, e de quem, por último, conseguiu reunir as condições para a derrubar de uma forma tão irresistivelmente não violenta.

A homenagem, presente nas imagens que aqui se reúnem e na lógica que preside a esta exposição, não pretende secundarizar, contudo, o trabalho de documentação histórica de um tempo exigente e decisivo como foi este quase século que transcorreu desde a crise da Monarquia até à crise do Salazarismo. Entre uma e outra, levantou-se a bandeira da liberdade contra a tentação autori-



RESISTÊNCIA

**DA ALTERNATIVA REPUBLICANA À LUTA
CONTRA A DITADURA (1891-1974)**



31 DE JANEIRO A 5 DE OUTUBRO 2010
CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA, PORTO

tária do fim de Oitocentos, não se conseguiu impedir, apesar de muita resistência, que ela fosse rasgada na febre das ditaduras do período entre as duas guerras mundiais, e acabou-se a levantá-la de novo, em 1974, de forma mais veemente que nunca,

após meio século de autoritarismo e de 13 anos da mais traumática das guerras portuguesas.

Manuel Loff

COMISSÁRIO PARA OS CONTEÚDOS
HISTÓRICOS

IX Reunião da COLUSO ■

REALIZOU-SE EM LISBOA, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de 25 a 27 de Novembro de 2009, a IX Reunião da COLUSO – Comissão Bilateral Luso – Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Património Documental.

Estiveram presentes, por parte do Brasil, representantes do Arquivo Nacional, do CONARQ- Conselho Nacional de Arquivos, da Fundação da Biblioteca Nacional, do Arquivo Histórico do Itamaraty e do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, do Arquivo Histórico do Exército, da Directoria do Património Histórico e Documentação da Marinha, do Projecto RESGATE do Ministério da Cultura, do Arquivo Público do Estado da Rio de Janeiro, do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, da PUC – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, da UERJ – Universidade do Estado do Rio Janeiro, e do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Pela parte Portuguesa estiveram representados: a Direcção-Geral de Arquivos, o Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo Histórico Militar, a Biblioteca Central e Arquivo de Marinha, a Fundação da Biblioteca Nacional e o Arquivo Histórico Diplomático.

Pelas duas Secções foram feitos o historial e balanço dos projectos em curso e ainda a apresentação de outros projectos em desenvolvimento que pelas suas características, possam interessar a ambas as partes.

Pela secção Portuguesa foi apresentado o esboço de um projecto designado *Encontros e Desencontros – Movimentos Migratórios da Lusofonia* que mereceu o melhor acolhimento por parte das instituições presentes. Trata-se de um projecto transversal a diversas instituições de arquivo e tem como objectivo a disponibilização *on-line* de conteúdos informativos relevantes para a temática dos movimentos migratórios: emigração/imigra-

ção. Sendo do interesse imediato de Portugal e do Brasil, poderá envolver, num futuro a curto prazo, outros países de Língua Portuguesa.

Foram ainda debatidas algumas ideias, visando a elaboração de um documento estratégico sobre a defesa e divulgação do Património Arquivístico Comum, para ser apresentado junto de organizações internacionais, com destaque para a CPLP.

O balanço final da reunião foi considerado muito positivo devido à troca de experiências e de conhecimentos, ao grande desafio que representa o projecto sobre movimentos migratórios, abrangendo um imenso volume de informação de várias instituições e ainda pela possibilidade de partilhar com os membros do Fórum dos Arquivos dos Países de Língua Portuguesa, problemas e experiências comuns.

Maria de Lurdes Henriques

COORDENADORA DO GABINETE DE
RELAÇÕES EXTERNAS E COOPERAÇÃO

V Reunião do FÓRUM dos Arquivos de Língua Portuguesa ■

A V REUNIÃO DO FÓRUM DOS ARQUIVOS DE LÍNGUA Portuguesa realizou-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em 23 de Novembro de 2009.

A esta reunião foram associados o Seminário Internacional Partilha do Património Arquivístico Comum e visitas técnicas, em particular no Porto, aos Arquivos Municipal e Distrital e ao Centro Português de Fotografia.

O Fórum contou com a presença dos directores dos Arquivos Nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste e dos Arquivos Históricos Ultramarino e de Macau.

Fez-se um ponto da situação de actividades e projectos respeitantes a património comum e identificaram-se novas áreas de cooperação. Reconhecida a diversidade de recursos e capacitação técnica, considerou-se imperativa a solidariedade entre todos. Foram dados exemplos no âmbito

da cooperação Sul-Sul com o Brasil, a nível regional, em África, entre S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, ou na Ásia entre Macau e Timor-Leste. A DGARQ destacou casos de partilha do património com Angola, Cabo Verde e Moçambique e as formações técnicas, apoiadas pelo IPAD, em Angola em 2008 e 2009. O AHU referenciou projectos da FCT para 2010, dois relacionados com documentação das Obras Públicas do Ministério do Ultramar, e outro envolvendo o Arquivo e o Centro de História do IICT.

Finalmente foram revistos os Estatutos do Fórum, nos quais se sublinhou a articulação com a CPLP, e eleitos como Presidente, o Instituto do Arquivo Histórico de Cabo Verde e como Vice-Presidente, o Arquivo Nacional de Angola. O AHU mantém o Secretariado.

Ana Canas · DIRECTORA DO AHU

Exposição

Registos do Céu: Astronomia em Manuscritos da Torre do Tombo ■

EM PORTUGAL, AS INICIATIVAS DO ANO INTERNACIONAL da Astronomia tiveram como público alvo, os mais jovens.

Seguindo esta orientação, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo expôs quatro documentos sobre astronomia que registam marcas do pensamento e acção científica nos séculos XV, XVI e XVII. De 8 de Setembro a 22 de Janeiro, esta exposição foi *vivida* por cerca de 4 000 visitantes, na sua maioria jovens, da faixa etária compreendida entre os 13 e os 17 anos, encarados como o público *mais desafiante* para os serviços educativos de Museus e de outras instituições de cultura.

Relativamente à exposição apraz-nos registar:

- Iniciámos um novo conceito expositivo: apenas 4 documentos com uma visualização optimizada, porque expostos numa calote esférica, conjugada com a possibilidade de os folhear, ler e ampliar, num ecrã táctil com todo o à-vontade;
- a exposição inclui: um filme documentário *Naus e caravelas – um choque tecnológico no século XVI*, a exposição de instrumentos científicos referidos nos documentos (telescópio, globo celeste, astrolábio, quadrante) e, ainda, um ecrã para visualizar os céus nos dois Hemisférios, em datas citadas nos documentos;
- apostámos numa divulgação dirigida às escolas, realizada em tempo útil, o que tornou possível mobilizar alunos e professores das áreas disciplinares da Matemática, da Física e da Química, frequentemente em parceria com a disciplina de História. As escolas reconheceram no documento de arquivo uma fonte de informação e conhecimento pertinente e significativa, para o domínio da literacia científica;
- a possibilidade de interagir com os documentos originais, através das novas tecnologias, constituiu momentos de grande regozijo e de epifania na visita à exposição. Foi com emoção que descodificaram leituras na *Carta de Mestre João*, documento manuscrito em 1500, no *Tratado da Esfera* (1615–1617), no códice *As curiosidades matemáticas* e que admiraram a excelente cartografia do séc. XVI através do Livro de Marinharia de João de Lisboa;
- a coexistência de diferentes recursos – documentos, instrumentos científicos, documentários – potenciou a possibilidade de diversificar abordagens e actividades para todos os níveis de escolaridade. Assim, o filme



Naus e caravelas é um documentário dinâmico e interdisciplinar que permite compreender como os descobrimentos portugueses foram sustentados por um elevado conhecimento científico e capacidade de realização tecnológica. Permite ainda interrogar a relação entre a revisão do sistema solar por Galileu e as viagens dos portugueses que, ao fazerem chegar à Europa a revelação de novos mares, novas terras, novas gentes e novos céus, geraram um clima de revolução no conhecimento que contribuiu para o desfazer de medos, mitos e crenças e derrubar concepções antigas acerca do nosso planeta;

- a simulação da medição da altura dos astros: «enfiar o astro» com o quadrante e «pesar o sol» com o astrolábio, na gíria dos navegadores de então, rectificando pela soma ou subtracção, as medidas de grau apuradas através da consulta das tabelas de declinação do sol, elaboradas →

pelos astrónomos da época. Nesta actividade, uma das mais apreciadas, reconheciam a importância da latitude, um saber científico em que se fundamentaram as navegações portuguesas, numa época em que navegar exigia conhecer e estudar os astros.

Os alunos podem ainda participar no Concurso «Escreve uma Carta a Mestre João», um exercício de

criação e de reflexão a partir de um dos documentos expostos.

Indo ao encontro das apetências e competências das gerações nado digitais vamos contribuindo efectivamente para o reconhecimento da missão e valor dos arquivos, entre os mais novos.

Registamos alguns dos muitos comentários escritos por jovens visitantes.

Foi muito giro. Astronomia é muito fixe e gostei do filme. Também gostei dos documentos.

Gostei muito de ver coisas que já foram tocadas por pessoas há 400 anos.

Muito interessante a exposição. Dá que pensar e que aprender. Adorei. Fabuloso!

Adorámos esta visita. Aprendemos coisas novas. Obrigada pela cultura que nos ofereceram.

Foi fixe e muito giro. Adorei a visita. Vou voltar cá!

O filme foi muito simpático e a exposição ainda mais.

É uma excelente exposição de artefactos históricos (...). Ao ler através do computador conseguimos saber informação.

Muito boa ideia colocar digitalmente os livros para assim podermos interagir sem os estragar.

Eu gostei muito, principalmente dos documentos históricos que cá existem.

Gostei. Aprendi mais de astronomia em duas horas que em 15 anos da minha vida!

Maria Trindade Serralheiro

TÉCNICA SUPERIOR DO GREC

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (CONT.)

Cooperação com Angola:

Um contributo para a formação de técnicos profissionais de arquivo ■

NO ÂMBITO DE UM PROJECTO ESTRATÉGICO de Cooperação entre a DGARQ, o ANA – Arquivo Nacional de Angola e o IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, decorreram em Luanda, de 01 de Agosto a 09 de Dezembro de 2009, dois cursos de formação para técnicos profissionais de arquivo.

Beneficiaram deste projecto 47 formandos provenientes do Arquivo Nacional e de outras instituições da Administração Pública de Angola, nomeadamente da Presidência da República, da Televisão Pública de Angola e dos Ministérios da Comunicação Social, da Administração Pública, dos Transportes, da Agricultura, entre outros, todos com responsabilidades nas áreas de gestão da informação e de arquivos que começam a ser implementados, visando a criação da Rede Nacional de Arquivos de Angola.

Com o objectivo de responder à diversidade das necessidades apresentadas pelos formandos, os formadores procuraram estabelecer pontes entre os conteúdos leccionados e o contexto laboral dos formandos, realizando várias sessões em ambiente de trabalho. Outro objectivo específico, visou a consolidação e alargamento de conhecimentos nas áreas da transferência de suportes e da informática aplicada aos arquivos.

A concretização deste projecto foi mais um contributo para a consolidação da língua portuguesa, para a valorização de uma História e de um Património comuns e para o reforço da democracia em Angola.

Maria de Lurdes Henriques

COORDENADORA DO GABINETE DE RELAÇÕES
EXTERNAS E COOPERAÇÃO

Arquivo da família Serrão de Faria Pereira ■

DECORREU NO DIA 28 DE OUTUBRO, pelas 11h, nas instalações do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a assinatura do Auto de Doação do Arquivo da Família Serrão de Faria Pereira ao Arquivo Nacional, de que foi doador o Pintor José Francisco Quelhas Serrão de Faria.

O fundo documental da Família Serrão de Faria Pereira, composto por 13 caixas, contendo cerca de 2.000 documentos, em suporte papel, pergaminho e películas de nitrato de celulose, com datas compreendidas entre 1500 e 1980, encontra-se organizado em sete grandes secções (*Organização e constituição do Arquivo, Gestão patrimonial, Gestão financeira, Actividades individuais, Documentos genealógicos e heráldicos, Fotografias, Coleções*), contendo fontes documentais únicas sobre a família produtora e sobre a localidade de Azinhaga do Ribatejo.

A Família Serrão de Faria Pereira é a família mais antiga da localidade de Azinhaga, cuja presença se encontra registada desde inícios do séc. XV, como importante proprietária agrí-



cola, confirmada pela instituição, no séc. XVII, do Morgado dos Serrões e da Capela e Ermida de São José, em 1664. Muitos membros desta família desempenharam importantes funções públicas, como António Manuel Nogueira de Abreu, Ouvidor das Capelas e fiscal da Junta do Comércio, António da Cunha de Abreu, Moço da Câmara, Augusto Dantas Pimenta Serrão de Faria, General, António Serrão da Cunha e Melo, Capitão, José de Faria Pereira, Coronel. É de referir que há membros desta família com actividade literária e artística, como o escritor José Serrão de Faria

Pereira que consta no catálogo da BN com a entrada *Faria, Serrão de, 1881-?* e cujos manuscritos integram este fundo, tal como o doador, José Francisco Quelhas Serrão de Faria, desenhador, pintor e gravador.

A organização deste fundo documental é da autoria do Dr. Luís Pita, familiar do doador.

O fundo Marqueses de Rio Maior (PT-TT-MRM) tem documentação complementar à do Morgado de Azinhaga.

António Frazão

GABINETE DE SALVAGUARDA
DO PATRIMÓNIO

Aquisições: de Junho a Dezembro de 2009 ■

TENDO EM CONSIDERAÇÃO O VALOR arquivístico, o estado de conservação dos documentos em apreciação, a complementaridade face a fundos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ou ainda, o seu valor excepcional, foram adquiridos para o ANTT os seguintes documentos:

1. Fundos de Irmandades.

- Livro das contas correntes das despesas feitas com a Festa do Senhor Jesus da Santa Via Sacra na

Ermida ao pé do Convento de Santa Joana pertencente à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário erecta no mesmo Convento.

- Fundo complementar ao Mosteiro de Santa Joana de Lisboa existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

2. Outros fundos.

- Manuscrito a uma só mão, do final do séc. XVIII, contendo cópias de documentos, tais como, cartas de D. Luís da Cunha a Alexandre de Gusmão e ao secretário de

Estado Diogo Mendonça e cartas de Alexandre de Gusmão para o arcebispo de Braga, para o general do reino de Angola, para o desembargador Quintella, para o governador do Porto, para o provedor da Alfândega António da Costa Freire, para o secretário de Estado Pedro da Mota, e para o reitor da Universidade Francisco Carneiro Figueiroa.

Ana Maria Lopes Vaz dos Santos
TÉCNICA SUPERIOR DE ARQUIVO

AGENDA

Exposições



Resistência. Lutar pela Liberdade! Da alternativa republicana à resistência contra a ditadura (1891-1974)

DE 31 DE JANEIRO A 5 DE OUTUBRO DE 2010



© CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA/DGARQ/MC

Lisboa, Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910 · Fundo Aurélio da Paz dos Reis, APR 6515

Centro Português de Fotografia/Direcção-Geral de Arquivos

Edifício da Cadeia da Relação do Porto · Campo Mártires da Pátria · 4050-368 Porto Portugal
Tel. +351 222 076 310 · Fax. +351 222 076 311 · email@cpf.pt · www.cpf.pt
Horário do centro de exposições: 3.ª a 6.ª das 10h00 às 12h30 e das 15h00 às 18h00
Sábados, Domingos e Feriados das 15h00 às 19h00 – Entrada Livre

Relações entre Portugal e a China: século XVI a século XX

DE 5 DE FEVEREIRO
A 27 DE MARÇO

POR INICIATIVA do Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Instituto Diplomático e no quadro das comemorações do 30.º Aniversário do Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre Portugal e a China, vai estar patente ao público na sala de exposições do Arquivo Nacional da Torre do Tombo a exposição «Relações entre Portugal e a China: século XVI a século XX». ◇

Segunda a Sexta : das 10h00 às 19h 30
Sáb.: das 9h30 às 12h30 · Entrada Livre

Calendário de Exposições para 2010

Relações entre Portugal e a China: século XVI a século XX

De 5 de Fevereiro a 27
de Março

Jean Laurent e Portugal Fotografia do Século XIX

De 10 de Abril a 31 de Maio

Oh! a República!... Um século de memórias

De Junho a 31 de Dezembro